

REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE AIQUARA-BAHIA: POSSIBILIDADES E DESAFIOS

Miriam Moreira da Silva de Jesus ¹

RESUMO

A educação brasileira é marcada por uma história de lutas, possibilidades e muitos desafios. Considerando a realidade da educação nacional e principalmente as vivenciadas pelos municípios, este artigo tem como objeto de estudo alguns desafios e as possibilidades das Redes municipais de ensino. A abordagem é feita a partir do cenário nacional, estadual para chegar no local (Aiquara). A escolha da temática justifica-se pelas vivências no município como moradora, aluna, professora, presidenta do Conselho de Educação, gestora e Coordenadora pedagógica, fatos que propiciou acompanhar bem de perto as possibilidades e desafios da Rede Municipal de Ensino local. Nessa perspectiva, o estudo traz como objetivo geral discutir as possibilidades e alguns desafios das Redes municipais de ensino do Brasil e como específicos analisar as possibilidades da Rede Municipal de ensino de Aiquara-Bahia, apresentar e refletir sobre os seus desafios. Para tal, metodologicamente, nos amparamos nas premissas da pesquisa documental segundo (Lüdke e André, 1986) e numa pesquisa bibliográfica em autores como (Saviani 2008; Paro, 2007; Imbernon, 2016) que debatem sobre a temática. Na primeira seção é apresentado as Redes Municipais de Educação: incumbência, possibilidades e desafios. A segunda aborda a discussão sobre a rede municipal de Aiquara ressaltando as suas possibilidades e os desafios encontrados para ofertar uma educação de qualidade e com equidade para todos.

Palavras-chave: REDE MUNICIPAL DE ENSINO, AIQUARA, POSSIBILIDADES, DESAFIOS

INTRODUÇÃO

A presença da Educação formal e institucionalizada é um traço marcante e tardio na história do Brasil. Além disso, historicamente a educação não obteve um espaço de prioridade nas Políticas Públicas, fato que desencadeou diversos problemas no âmbito da formação do cidadão e no desenvolvimento do país.

Embora a Constituição Federal no seu Artigo 205 assegure que

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da

¹ Discente do Programa de Pós-graduação stricto sensu- mestrado acadêmico em Educação Científica e Formação de professores de Ciência e Matemática da Universidade do Sudeste da Bahia- campus de Jequié-Bahia. miriammoreiraj@mail.com

cidadania e sua qualificação para o trabalho. (Constituição Federal, 1988)

Observado a história da educação brasileira, numa perspectiva diacrônica, percebe-se que uma educação pública de qualidade, como direito de todos, tem sido uma luta constante e persistente, um desafio que perpassa todas as esferas: Nacional, Estadual e principalmente municipal.

Segundo (HOUAISS, 2001) a palavra rede, é “entrelaçado de fios, cordões, arames formandos uma espécie de tecido de malha aberto, composto em losangos ou em quadrados de diversos tamanhos”. Assim a Rede Municipal de Ensino segundo (MEDEIROS, 2010) constitui-se num dos eixos estruturantes do Sistema de Educação de um determinado município, contemplando o conjunto de sujeitos docentes (diretores, professores, coordenadores pedagógicos, funcionários técnico-administrativos e de apoio) e de equipamentos educacionais (creches, unidades de educação infantil, escolas de ensino fundamental)

As Redes Municipais de Ensino no Brasil enfrentam diversos desafios como: dificuldade no financiamento da educação, na valorização dos seus profissionais, no investimento em tecnologia, inovação, de promover a formação continuada, de desenvolver políticas públicas de estado. Entretanto, nesse artigo a partir das vivências dentro da Rede municipal de ensino de Aiquara como moradora, aluna, professora, presidenta do Conselho de Educação, gestora e Coordenadora pedagógica e fundamentadas em autores como (SAVIANI 2008; PARO, 2007; IMBERNON 2016) pretende-se discutir as possibilidades e os desafios das Redes municipais de ensino como um olhar mais direcionado para o município de Aiquara-Bahia.

METODOLOGIA

Metodologicamente, a pesquisa foi amparada nas abordagens documental segundo” (Ludke e André, 1986). A análise documental busca identificar informações factuais nos documentos a partir de questões e hipóteses de interesse”. Dessa forma buscamos em documentos e site oficiais os dados relativos as redes municipais de ensino do país.

Além da abordagem documental utilizamos a pesquisa bibliográfica que conforme Oliveira (2007) é uma modalidade de estudo e análise de documentos de

domínio científico tais como livros, periódicos, enciclopédias, ensaios críticos, dicionários e artigos científicos. Como característica diferenciadora ela pontua que é um tipo de “estudo direto em fontes científicas, sem precisar recorrer diretamente aos fatos/fenômenos da realidade empírica” (p. 69). Portanto pesquisamos autores nacionais que versam sobre a educação brasileira que contribuíram para análise e discussão dos dados.

As Redes Municipais de Educação: Incumbência, Possibilidades e Desafios

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9.394/96 define com nitidez no título que trata da organização da Educação Nacional, em seu Artigo 11, as incumbências da Redes municipais de ensino:

Art. 11. Os Municípios incumbir-se-ão de:

I– Organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais dos seus sistemas de ensino, integrando-os às políticas e planos educacionais da União e dos Estados;

II– exercer ação redistributiva em relação às suas escolas;

III– baixar normas complementares para o seu sistema de ensino;

IV- autorizar, e supervisionar os estabelecimentos do seu sistema de ensino;

V_ oferecer a educação infantil em creches e pré-escolas, e, com prioridade, o ensino fundamental, permitida a atuação em outros níveis de ensino somente quando estiverem atendidas plenamente as necessidades de sua área de competência e com recursos acima dos percentuais mínimos vinculados pela Constituição Federal à manutenção e desenvolvimento do ensino;

VI- Assumir o transporte escolar dos alunos da rede municipal.

Diante do exposto percebe-se que as Redes municipais de ensino possuem como possibilidade a autonomia de criar e gerir o seu sistema, oferecer a Educação infantil e como prioridade o Ensino fundamental.

A Constituição Federal no seu artigo 4º ainda afirma que:

Na organização de seus sistemas de ensino, os Estados e os Municípios definirão formas de colaboração, de modo a assegurar a universalização do ensino obrigatório. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996)

No entanto, ao longo dos anos os municípios têm enfrentados grandes obstáculos para cumprir o que está determinados na LDB 9.394/96. E o regime de colaboração com os Estados, enfatizado na Constituição Federal existe, de maneira muito tímida e esporádicas.

Na Constituição Federal (BRASIL, 1988), no inciso I, do artigo 208 refere a educação infantil como dever do Estado: “O dever do Estado com a educação será

efetivado mediante a garantia de educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)” (BRASIL, 2006).

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (BRASIL,1990), também estabelece no inciso IV do artigo 54 o dever do Estado em assegurar o “atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade”. Posteriormente sua redação é alterada para “atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a cinco anos de idade” (BRASIL, 1990).

O Plano Nacional de Educação PNE 2014-2024 na meta cinco (01) diz que até último ano de vigência pretendia-se:

Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de quatro (4) a cinco (5) anos de idade e ampliar a oferta da educação infantil em creches, de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até três (3) anos até o final da vigência deste PNE. (BRASIL, 2014)

Contudo, os dados abaixo evidenciam o tamanho do desafio enfrentado pelas redes municipais para garantir as crianças o acesso a Creche e Pré-escola.

Quadro 01

Faltas de vagas e creche e Pré-escola nas cidades do Brasil

Anos	Cidades	Quantidades de crianças
2017	Fortaleza	100 mil crianças
2018	Pernambuco	1.600 crianças
2021	São Paulo	2,6 mil crianças.
2022	Salvador	15 mil crianças)
https://g1.globo.com		

Outro entrave recorrente nas Redes Municipais de ensino no Brasil é relacionado a dificuldades de manter os alunos na escola, conforme se evidencia nos dados apresentados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) 2015, realizado pelo IBGE

“No Brasil são 2.802.258 crianças e adolescentes longe da escola. Desses, 821.595 têm entre 4 e 5 anos, 387.512 estão na faixa dos 6 aos 14 anos e 1.593.151 têm de 15 a 17 anos” (IBGE, 2015)

E no estado da Bahia os dados também revelam a dimensão desses desafios:

Na Bahia, a faixa etária que tem maior número de jovens fora da escola é a de 15 a 17 anos, com 134.698. A segunda maior é a de 4 e 5 anos,

que tem 46.243 crianças afetadas, seguida da faixa de 6 a 14 anos, com 39.412. (IBGE, 2015)

Além dos entraves citados acima no cenários educacional brasileiro percebe-se ainda a dificuldade de garantir uma gestão democrática e participativa, embora seja preconizada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº. 9.394, de 1996, em seu artigo **Art. 14.**

Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios: **II** - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

A gestão democrática aqui concebida na perspectiva Oliveira (2009), que pressupõe o trabalho coletivo de elaboração do planejamento escolar e dos programas e currículos que permitem os profissionais da educação participar diretamente das decisões da vida cotidiana escolar e de sua gestão, objetivando o alcance da educação de qualidade.

Nessa concepção de gestão todos os envolvidos direta ou indiretamente no âmbito escolar são chamados a participar, por meio dos Conselhos Escolares, das decisões e discussões a serem desenvolvidos na escola. Porém, percebe-se que construção da gestão democrática no país é uma conquista de décadas de luta, que em muito município ainda não é efetivada. Fato que no novo FUNDEB – Lei Federal nº 14. 113/2020 a Gestão Democrática entrou como condicionalidade para que os municípios estejam aptos para receberem as repassem da complementação-VAAR (Valor Aluno/Ano por Resultado).

As redes municipais de ensino no Brasil ainda possuem o desafio de melhorar os indicadores educacionais de aprendizagem, diminuir o número de analfabetos, de analfabetos funcionais e melhorar o desempenho nas avaliações externas como PISA e na SAEB.

As avaliações externas que os alunos brasileiros são submetidos revelam o quanto o Brasil precisa avançar no processo de aprendizagem. Segundo o INEP os resultados do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA), uma avaliação internacional de aprendizagem, feita de forma amostral com alunos de 15 anos e coordenada pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) realizada em 2018 mostrou que:

o Brasil tem baixa proficiência em leitura, matemática e ciências, se comparado com outros 78 países que participaram da avaliação 68,1% dos estudantes brasileiros, com 15 anos de idade, não possuem nível básico de matemática, o mínimo para o exercício pleno da cidadania.

Em ciências, o número chega a 55% e, em leitura, 50%. Os índices estão estagnados desde 2009. (INEP, 2018)

Além do PISA os dados do Sistema e Avaliação da Educação Básica-SAEB, avaliação realizadas nos anos ímpares com os alunos do 5º, 9º revelam ainda mais o desafio das Educação do Brasil e das Redes Municipais de ensino em melhorar Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB).

O IDEB é um indicador sintético que relaciona as taxas de aprovação (rendimento escolar) , obtidas no censo escolar, com as médias de desempenho em Língua portuguesa e Matemática dos estudantes no Sistema de Avaliação da Educação básica (SAEB).

Quadro 02

IDEB no Brasil

	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Metas projetadas		3,1	3,2	3,3	3,6	3,9	4,4	4,6	4,9
Metas alcançadas	3,0	3,2	3,4	3,4	3,4	3,5	3,5	3,9	3,9

<https://qedu.org.br/brasil>

O quadro 02 revela que o Brasil alcançou as metas projetadas apenas nos anos de 2007, 2009, 2011 e desde 2015 tem se distanciado ainda mais do alcance das metas estabelecidas.

Quadro 03

IDEB na Bahia

	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Metas projetadas		2,7	2,8	3,0	3,3	3,6	4,1	4,3	4,3
Metas alcançadas	2,7	2,8	3,1	3,0	2,8	2,9	2,7	3,2	3,2

<https://qedu.org.br/brasil>

Assim como o Brasil, o estado da Bahia só alcançou as metas projetadas de 2007 a 2011 e de 2013 para cá tem se distanciado e assumido a posição dos piores indicadores nacionais. Embora segundo Assunção e Carneiro(2012) essas avaliações são elaboradas de forma centralizada, padronizada e, portanto, descontextualizada da realidade das escolas situadas nas diversas regiões do país, para a educação como um todo e para o trabalho docente em particular. Os dados advindos das avaliações externas retratam a fragilidades do sistema educacional brasileiro e das Redes Municipais de Ensino

A outra característica estrutural da política educacional brasileira, que opera como um desafio para Rede Municipal de ensino é a descontinuidade das ações educacionais provocadas pela troca de governos, pelas consequentes mudanças de ministério e secretários.

2.0 A REDE MUNICIPAL DE AIQUARA: POSSIBILIDADES E DESAFIOS.

2.1 Caracterização da Rede

Aiquara é uma pequena cidade situada no sul da Bahia, possui uma população de 4.566 habitantes sendo 58,24% na zona urbana e 41,76% na zona rural e, também, o povoado de Palmeirinha, distante 13 km da sede. Possui uma área com 195.174km², banhados pelos rios Preguiça, na sede, e Rio de Contas, no povoado.

A Rede Municipal de ensino é composta por seis escolas, duas atendem a educação Infantil, duas (02) o Ensino fundamental anos iniciais e a modalidade da Educação para Pessoas Jovens, Adultas e Idosas (EPJAI), uma o Ensino Fundamental anos finais e uma (01), situada em Palmeirinha (Distrito) atende da Educação infantil ao ensino Fundamental anos iniciais e a Educação para Pessoas Jovens, Adultas e Idosas (EPJAI).

Segundo o Censo Escolar em 2021 o município possuía 980 alunos, em 2022 1.348 e em 2023. O quadro de profissional é composto por sessenta e seis (66) professores efetivos, mais vinte três (23) contratados. Dos efetivos cinquenta e cinco (55) possuem mais de vinte e cinco anos de carreira (25) o que representa um quantitativo 83,33%. Desses, apenas sete (07) atuam nos anos finais, o que representa 12,72% e o restante na Educação infantil e ensino fundamental ano iniciais.

Faz parte do quadro da Rede municipal de ensino três (03) Coordenadores pedagógicos efetivos e cinco contratados. Seis diretores, sendo três (03) escolhidos por votação e três (03) por nomeação (pois três escolas não apresentaram candidatos para concorrer às eleições) e quatro (04) vice-diretores. Um Psicólogo, um Psicopedagogo e um Assistente Social todos contratados.

2.2 Possibilidades e os Desafios da Rede Municipal de Ensino de Aiquara

A Rede municipal de ensino de Aiquara é uma rede pequena, conforme se evidencia na caracterização da rede, partindo do pressuposto de que quanto maior a rede, maiores são as demandas, poder-se-ia afirmar que a situação de Aiquara é privilegiada em relação aos municípios que compõem o seu território, o Médio Rio das Contas. Como se verifica no quadro 04 abaixo:

Quadro 04

Municípios do Território Médio Rio das Contas, número de escola e de alunos no ano de 2021, 2022,2023

ORD	Município	Nº de Escolas	Nº de alunos		
			2021	2022	2023
01	Aiquara	06	980	1.348	1.267
02	Apuarema	11	1.217	1.530	1.466
03	Barra do Rocha	15	1.094	2.606	1.986
04	Boa Nova	28	2.800	2.611	2.619
05	Dário Meira	25	3.769	3.602	3.248
06	Gongogi	17	1.508	1.725	1.710
07	Ibirataia,	36	3.266	3.758	3.600
08	Ipiaú	35	6.700	6.400	6.500
09	Itagi	24	3.644	3.013	3.600
10	Itagibá	20	3.077	2.982	3.026
11	Itamarí	13	1.550	1.431	1.224
12	Jequié	87	19.346	18.926	18.773
13	Jitaúna	27	2.494	5.392	5.136
14	Manoel Vitorino	23	2.816	2.627	2.461
15	Nova Ibiá	20	1.634	1.593	1.720
16	Ubatã	25	3.652	3.247	3.284

Fonte: Censo, INEP – 2021-2023

A análise do quadro 04 permite constatar que a Rede Municipal de Aiquara é a menor do Território de Identidade tanto em número de escola, como de alunos. Essa realidade possibilitaria um trabalho mais minucioso, com maior acompanhamento dos alunos e contato direto com as famílias, menores demandas no que tange a merenda escolar, transportes, materiais de custeio e permanente.

O número reduzido de professores possibilitaria um acompanhamento mais individualizado pela coordenação pedagógica nas atividades de complementares, facilitaria a construção de projetos interdisciplinares e para desenvolver ação de formação continuada, que permitir melhorar o fazer pedagógico e o processo de ensino aprendizagem,

No entanto, a Rede Municipal de Aiquara apesar de ter todas essas

possibilidades, decorrentes do seu tamanho, ao longo dos anos a apresenta grandes desafios como: promover a permanência dos alunos nas escola no noturno, principalmente na modalidade de Educação de Pessoas Jovens, adultas e idosas, falta de recursos para suprir as necessidades da Rede, a dificuldade de implantação de espaço que possam contribuir para fomentar melhor a aprendizagem como laboratório de Ciência e de Informática; todavia nesse artigo faremos um recorte com os desafios mais atinente da Rede municipal de ensino de Aiquara.

2.2.1 O desafio de promover o sucesso da aprendizagem do aluno e melhorar o desempenho do município na avaliação externa do SAEB.

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica - SAEB, desde a sua implantação em 1990, estruturou-se com o objetivo principal de oferecer subsídios para a formulação, reformulação e monitoramento de políticas públicas voltadas para educação.

Em 2007 Ministério da Educação (MEC), lançou o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) com o objetivo de melhorar substancialmente a educação oferecida às nossas crianças, jovens e adultos e criar condições para que cada brasileiro tivesse acesso a uma educação de qualidade, capaz de atuar crítica e reflexivamente no contexto em que se insere, como cidadão cômico de seu papel num mundo cada vez mais globalizado.

Para identificar quais são as redes de ensino municipais e as escolas que apresentam maiores fragilidades no desempenho escolar e que, por isso mesmo, necessitavam de maior atenção, apoio financeiro e de gestão, o PDE criou um instrumento denominado Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB).

Desde que passou a ser submetido a avaliação externa do SAEB o município de Aiquara revelou a seguinte realidade educacional.

Quadro 05

IDEB do anos iniciais 5º ano

Ano	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021	2023
Meta Projetada		2,1	2,5	3,0	3,3	3,5	3,8	4,2	4,5	
Meta alcançada	2,0	2,1	3,3	3,0	3,2	3,7	3,8	3,9		5,3

Fonte: <http://ideb.inep.gov.br/resultados>

Quadro 06

IDEB dos anos finais 9º ano

Ano	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021	2023
Meta Projetada		2,2	2,3	2,6	2,9	3,3	3,6	3,9	4,5	
Meta alcançada	2,2	2,1	2,6	3,0	2,5	2,4	2,7	3,3	3,9	3,9

Fonte: <http://ideb.inep.gov.br/resultados>

O quadro 05, IDEB dos anos iniciais, percebe-se que desde 2005 o município só não alcançou a meta projetada em 2013 e 2019. Em 2021 o resultado não foi divulgado devido o número de alunos presente no dia da avaliação não alcançar 70%. Todavia no quadro 05 que mostra as metas projetadas para anos finais, verifica-se que o município alcançou a meta apenas em 2009 e 2011. O que isso revela sobre a Rede municipal de ensino de Aiquara? Quais desafios esses dados impõem?

Os dados relativos aos resultados da avaliação externa, SAEB, evidenciam que a Rede municipal de Ensino de Aiquara precisa avançar. Mas por que esses dados? Seria o quadro docente já cansado com mais de 83, 33% de professores com mais de 25 anos de carreira? A falta de formação continuada? A carência de acompanhamento das famílias nas atividades dos filhos? A deficiência de planejamento específico da Secretaria de Educação? Ou ausência de um olhar macro da gestão municipal para a Educação e para os índices de desenvolvimento da Educação?

Na Rede Municipal de ensino dos sessenta e seis (66) professores efetivos, apenas quatro (04) não possuem graduação, desse 02 atuam na educação infantil e dois no Ensino Fundamental anos iniciais. Os professores que lecionam no Anos finais todos são especialistas, três possuem mestrado, um na área e Ciência, outra na área de Matemática e outro o mestrado profissional na área de Letras.

Desde 2007 diversas ações vêm sendo desenvolvidas prospectado essa melhoria como: Encontros com os alunos, pais e responsáveis para conscientizá-los sobre a importância da avaliação, realização de reforço específicos para os alunos nos anos das avaliações, sorteios de brindes no dia da avaliação. Entretanto, os dados revelam que essas ações tem sido insuficientes para melhorar os resultados educacionais.

De 2021-2023 a Secretaria Municipal de Educação, por intermédio da Coordenação Pedagógica municipal em ação conjunta com as escola desenvolveu ações mais intensa com escopo melhorar os resultados educacionais nas avaliações externas, como formação continuadas, aquisição de materiais específicos dos componentes

curriculares Língua Portuguesa e Matemática . Podemos verificar nos quadros 05 e 06 que nos anos iniciais o município avançou de forma significativa, porém no anos finais não conseguiu avançar. Dados que mostram que o desafio continua.

2.2.2 DESAFIO DE IMPLANTAR UMA GESTÃO DEMOCRÁTICA

A gestão democrática está presente na Constituição Federal de (1998) , na LDB 9.394/96 e na Lei Orgânica Municipal no Artigo 134 no inciso II que diz: “O sistema de ensino do Município será organizado nas seguintes diretrizes: Gestão democrática, garantindo a participação de entidades da comunidade na concepção, execução, controle e avaliação de programas educacionais” (Aiquara, 1990 p, 79)

No arcabouço da gestão democrática a eleições para diretores é uma ação basilar. A Lei orgânica Municipal no parágrafo único do Artigo 136 afirma: “Os diretores e vice-diretores dos estabelecimentos de ensino serão escolhidos entre os professores com mais de cinco (05) anos de magistérios, na forma da lei, através de eleições diretas”.(Aiquara, 1990 p. 80)

Mesmo estando presente na lei orgânica desde 1990 sendo pauta de discussões nas reuniões dos Sindicatos como APLB, está presente no Plano Municipal de Educação a escolha dos diretores sempre foi realizada por indicação política partidária. Com a Lei do Novo FUNDEB que estabeleceu como condicionalidade para receber a complementação do VAAR o município precisou fazer a eleição para gestor escolar. Todavia das seis (06) escolas da Rede Municipal de ensino apenas 03 tiveram candidatos.

Considerando que uma sociedade democrática só se desenvolve e se fortalece se contar com a ação consciente e conjunta de seus cidadãos. Segundo (Paro. 2007), não deixa de ser paradoxal que a escola pública, lugar supostamente privilegiado do diálogo e desenvolvimento crítico das consciências, ainda resista tão fortemente propiciar valores e conhecimentos que capacite e encoraje seus alunos a exercer de maneira ativa sua cidadania na construção de uma sociedade melhor. (PARO, 2007, p. 18).

Outra barreira para se efetivar a gestão democrática é a participação ativa dos colegiados escolares com bem preconiza A LDB 9394/96 no Art. 14º aduz

Art. 14º “Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios: **I** - participação

dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;

II - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

VI - articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da Sociedade com a escola”.

No município nos últimos anos tem-se verificado uma fraca participação dos pais e pouco interesse da comunidade escolar em fazer parte deste órgão colegiado. Muito se dispõe para participar para cumprir uma tarefa burocrática e assim “ajudar a escola”, mas não estão dispostos a reunir-se, participar, propor soluções e acompanhar de perto as ações e decisões da escola.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação é processo de transformação do indivíduo, por isso ela é fenômeno inteiramente concretizado no crescimento pessoal e grupal, poder-se-ia ainda afirmar que ação educativa é um processo de busca de identidade, de desenvolvimento global do ser humano. Conforme preconiza assegura a Constituição Federal (1998) ela é um direito de todos e dever do Estado e da família.

No entanto, durante a elaboração desse artigo, foi possível constatar as possibilidades e os grandes desafios enfrentados pelas Rede Municipais de ensino do Brasil e mais especificamente do município de Aiquara para ofertar uma educação de qualidade e com equidade para todos.

A qualidade da educação é um fenômeno complexo, abrangente, que envolve múltiplas dimensões. Em outros termos, a qualidade da educação envolve dimensões extra e intraescolares e, nessa ótica, devem se considerar os diferentes atores, a dinâmica pedagógica, ou seja, os processos de ensino-aprendizagem, os currículos, as expectativas de aprendizagem, bem como os diferentes fatores extraescolares que interferem direta ou indiretamente nos resultados educativos.” (DOURADO, 2009 p. 200

Dessa forma, conclui-se que ” não se pode mudar a educação sem propor seriamente um novo conceito e uma nova mentalidade para analisá-la, e isso já é mais difícil e requer opções políticas que muitas vezes não se verifica. Como afirma Imbernon (2016) são necessárias muitas mudanças para mudar a educação

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República, 2016.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** – Lei nº 9.394/96

DOURADO, LUIZ FERNANDES e OLIVEIRA, João Ferreira de. **A qualidade da Educação: perspectivas e desafios** Cad. Cedes, Campinas vol. 29, n. 78, p. 201-215, maio/ago. 2009 Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>

GESQUI, L. C.; FERNANDES, A. G. Desafios na oferta de vagas em creches da rede pública municipal de ensino *Jornal de Políticas Educacionais*. V. 15, n. 05.

[https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18317-educacao.html#:~:text=A%20taxa%20de%20analfabetismo%20para,\(3%2C6%25\).](https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18317-educacao.html#:~:text=A%20taxa%20de%20analfabetismo%20para,(3%2C6%25).)

<https://g1.globo.com/ceara/noticia/mais-de-100-mil-criancas-estao-fora-da-escola-em-fortaleza-por-falta-de-vaga-diz-conselho-tutelar.ghtml>

<https://qedu.org.br/brasil>

<https://qedu.org.br/municipio/2900603-aiquara/ideb>

IMBERNOM, Francisco. **Qualidade do ensino e formação do professorando; uma mudança necessária**. –São Paulo: Cortez, 2016

Lei Nº 8.069, de 13 de Julho de 1990, Estatuto da Criança e do Adolescente

MEDEIROS, L.G.M. **Rede municipal de ensino**. In: OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A.M.C.; VIEIRA, L.M.F. DICIONÁRIO: trabalho, profissão e condição docente. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. CDROM

PARO, Victor Henrique. **Gestão escolar, democracia e qualidade do ensino**. São Paulo, Ática, 2007.

SAVIANI, Dermeval. **Educação brasileira: estrutura e sistema**. 10. ed. Campinas: Autores Associados, 2008.

SANTOS, Zenildo. **A cultura escolar e o ensino de matemática do Ginásio Municipal Américo Souto, Aiquara-BA (1970-1980)**. Tese (doutorado) – Programa de Pós-graduação